

AValiação DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS DE PROFESSORES E GESTORES ESCOLARES¹

MOURA, Rosicler Silveira de²

PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati³

RESUMO

A avaliação e suas concepções fazem parte do processo de ensinar e de aprender de todas as escolas. Na Escola de Tempo Integral, mais do que um componente pedagógico, a avaliação deve ser significativa, contendo objetivos claros, específicos por estar estritamente ligada à natureza do conhecimento. Diante desta realidade, este estudo objetivou compreender se as concepções do processo avaliativo realizado na Escola de Tempo Integral podem representar melhorias de ensino. Para tal buscou verificar a historicidade da educação em tempo integral; levantando discussões em torno da avaliação em seu sentido qualitativo, procurando obter constatações evidentes; apresentando a avaliação como diagnóstica-processual indo além de um julgamento de resultados; e por fim, examinando o papel do gestor escolar como articulador das finalidades educacionais garantindo o cumprimento social da escola. A metodologia utilizada para realização de tais propostas foi a pesquisa bibliográfica por meio de uma revisão da literatura com análises teóricas e estudos bibliográficos de autores ligados ao tema. Os resultados apontam que existe necessidade de realizar uma integração no ambiente escolar, entre todos que participam da elaboração de propostas, que levem para a escola autonomia de trabalhar a sua realidade, com atitudes enfáticas e positivas em relação ao meio. Também é mister um pensar e um repensar contínuo com objetivos claros e flexíveis, de maneira coletiva para formar sujeitos reflexivos e críticos. Além disso, ressalta-se que o ato de avaliar vai além de um julgamento, se caracterizando em uma análise do desenvolvimento e crescimento do aluno, ocorrendo gradativamente. A avaliação necessita dar atenção constante às dificuldades apresentadas pelos alunos; sendo cumulativa permitindo uma análise global do aprendizado do aluno. O papel da escola é indispensável e imprescindível, pois organiza e promove as condições, os meios e todos os recursos necessários para o funcionamento da docência e do trabalho em sala de aula, que, sem a avaliação qualitativa se resume a um repasse de conteúdos frio e automático. Por meio da avaliação a escola de tempo integral ou não, pode chegar a efetivar os anseios de educadores, ou seja, enquanto instituição socializadora, formar cidadãos comprometidos com a elucidação dos problemas do mundo e com soluções que busquem uma vida de igualdade, dignidade e justiça para todos.

1

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como Trabalho de Conclusão do Curso, requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

² Pós-graduanda do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

³ Orientadora. Professora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Palavras-chave:

Avaliação.

Tempo

Integral.

Escola.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca abordar a avaliação na Escola de Tempo Integral, tema que, por sua atualidade e relevância, merece ser objeto de reflexão e debate por todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar. O objetivo deste estudo é compreender as concepções do processo avaliativo realizado na Escola de Tempo Integral para a melhoria de ensino. Justifica-se o tema considerando que atualmente os professores necessitam se preparar para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, despertando para as frequentes mudanças que envolvem o processo de ensino e de aprendizagem, construindo juntamente com o aluno um caminho de aprendizagem mais efetivo; os educadores precisam atuar como mediadores no cenário da informação, comunicação e conhecimento. Assim a avaliação precisa ter caráter de processo avaliativo, sendo prática formalmente organizada e sistematizada, deve estar sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico.

Durante boa parte do século XX o Brasil viveu uma situação de descompasso entre a escola e a exigência de educação das camadas sociais, devido ao crescimento da população urbana determinado pelo rompimento do ciclo da supremacia oligárquico-rural e pelo avanço de novos padrões de relações produtivas e sociais, causado pela industrialização (DREWS, 2002).

Gradativamente a educação passou a ter maior importância social e o papel da escola foi se modificando com o passar dos anos, acompanhando os avanços e as necessidades da sociedade. Para determinar os fins e os meios da Educação Nacional, foi promulgada, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024/61, para fixar as diretrizes da educação nacional e estabelecer os parâmetros, os princípios e os rumos que se deve imprimir à educação no país. Com o passar do tempo esta lei sofreu reformas resultando na Lei 5540/68 e na Lei 5692/71.

Apesar da garantia constitucional de direito à educação, “o ensino não atendeu às necessidades das classes desfavorecidas com relação à educação, principalmente quanto ao acesso, à permanência e à qualidade de ensino” (DREWS, 2002, p. 77).

Sendo assim, apesar de ser garantido o acesso à escola, a permanência e a qualidade da mesma ainda são questionáveis. A busca incessante pelo

conhecimento passou a ser mais que um diferencial na formação dos sujeitos. Estar em constante aprendizado passou a ser relevante para qualquer pessoa que queira se inserir na sociedade com êxito, pois o mercado exige alto nível de intelectualidade e profissionalismo.

Assegurar o direito à educação escolar em igualdade de condições de entrada e permanência pela oferta de ensino público e gratuito e de qualidade em todos os níveis de ensino tem sido um dos maiores desafios da educação na atualidade.

Bacelar (2011) acredita que certas lacunas deixadas pelas leis que regem a educação no Brasil devem ser supridas pelas ações afirmativas na forma de políticas públicas educacionais. Tais medidas especiais de caráter temporário ou não, desencadeadas por intelectuais como Anísio Teixeira, que, de acordo com Coelho e Cavaliere (2000, p. 52), é considerado “um dos principais mentores do escolanovismo brasileiro e tinha um pensamento fixo: organizar o Sistema de Educação Nacional, mantendo o tempo ampliado nas escolas”, objetivando eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, de forma a compensar as perdas provocadas pela discriminação e marginalização de determinados grupos sociais.

A escola, nesse contexto, deve atuar como uma das estruturas educativas responsáveis pela transformação de um indivíduo em cidadão, “capaz de visualizar e transformar a realidade, atuando contras as sutilezas e mazelas dos dominadores, conquistando seu espaço social” (MORI, 2002). Ribeiro (2001) corrobora com Mori (2002) ao dizer que “hoje, mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social e, regular conscientemente suas relações como sujeitos da história”.

Nesse novo contexto de educação, o professor deve ser estimulador e mediador do processo de aprendizagem do aluno nas diferentes áreas do saber, entendendo que a avaliação escolar não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico, ela o inicia, permeia todo o processo e o conclui.

Dessa forma, a avaliação está exatamente ligada à natureza do conhecimento, e uma vez reconhecida essa natureza, a avaliação deverá corresponder a ela se quiser ser sincera e preservar a coerência epistemológica.

Assim, carece ser lembrado que o conhecimento de todos no processo é extremamente imprescindível para a promoção efetiva da aprendizagem pelos estudantes. É fundamental recordar que o papel da escola é garantir o

desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas e sociais dos discentes pelo seu comprometimento na dinamização do currículo.

Compreender a função social da escola como formadora de sujeitos históricos, possibilitando a construção e a socialização do conhecimento, que se caracteriza enquanto processo em construção permanente, desenvolvendo assim sujeitos criativos, críticos e participativos.

Nesse sentido, este estudo objetivou compreender que as concepções do processo avaliativo realizado na Escola de Tempo Integral podem representar melhorias de ensino. Para tal buscou verificar a historicidade da educação em tempo integral; levantando discussões em torno da avaliação em seu sentido qualitativo, procurando obter constatações evidentes; apresentando a avaliação como diagnóstica-processual indo além de um julgamento de resultados; e por fim, examinando o papel do gestor escolar como articulador das finalidades educacionais garantindo o cumprimento social da escola.

Dessa forma, para fundamentar a pesquisa, foi realizada uma revisão da literatura por meio de análises teóricas e estudos bibliográficos, pois segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

O texto presente estrutura-se em quatro seções. Na primeira apresenta-se a historicidade e pressupostos da educação em tempo integral no Brasil. Na segunda, versa-se sobre o sentido qualitativo da avaliação. Na terceira trata-se da avaliação diagnóstica-processual como papel formativo. Na quarta seção exibe-se o papel da escola *versus* o papel do gestor escolar como articulador das finalidades educacionais.

1 HISTORICIDADE E PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

No decorrer do século XX, muitos pensadores marcaram a história buscando a construção de um Sistema Nacional de Educação em nosso país. Esses pensadores foram representantes de uma forma de pensar a educação e trabalharam na implantação de projetos políticos educacionais para todo o País.

Destes pensadores, surge Anísio Teixeira, que, durante sua trajetória de educador, visualizou uma educação cheia de falhas e não condizente com a realidade dos alunos, na qual não se incluía a todos, pois era destinada apenas a uma parcela da sociedade.

Um dos momentos mais expressivos da caminhada de Anísio Teixeira, em favor da educação na década de 1950, foi assumir a Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, no governo de Otávio Mangabeira, tempo em que transcorre a primeira experiência de escola integral no Brasil. Assim, Teixeira materializa um dos seus mais formidáveis conceitos: a construção de centros populares em todo o Estado, introduzindo novas concepções de educação (CAVALIERE, 2010).

Porém, a única escola concluída foi o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no bairro popular da Liberdade, em Salvador, onde a escola pública pôde oferecer às crianças uma educação integral e de qualidade, efetivando acesso somente para uma parte restrita da população.

A filosofia da escola era:

Oferecer à criança um retrato da vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas e o seu ritmo de 'preparação' e 'execução', dando-lhe as experiências de estudo e de ação responsáveis. Se na escola-classe predomina o sentido preparatório da escola, na escola-parque, nome que se conferiu ao conjunto de edifícios de atividades de trabalho, sociais, de educação física e de arte, [...] predomina o sentido da atividade completa, devendo exercer o senso de responsabilidade, seja nas atividades sociais, seja no teatro ou nas salas de música e dança. Seja na biblioteca, que não é só de leitura, mas de fruição dos bens do espírito (TEIXEIRA apud CAVALIERE, 1957, p. 166).

Atendendo alunos neste regime de tempo integral, desejava-se dar-lhes a chance de prepará-los melhor para a vida, agregando conhecimento no meio em que viviam, bem como direitos e deveres, dando-lhes condições de convívio social a partir de seus atos e boas maneiras para serem inseridos na sociedade.

Dessa forma, entende-se que essa formação completa defendida por Anísio Teixeira tinha como objetivo a formação para o progresso, propondo o desenvolvimento da civilização técnica e industrial, o que constitui pressupostos importantes do pensamento liberal onde a educação é fundamentada na formação completa da criança e do adolescente. Teixeira acreditava no fenômeno educativo como reconstrução da experiência.

Anísio Teixeira foi um dos pioneiros das ideias da Escola Nova em nosso país, reafirmava os princípios do período iluminista ao assentar o aprendizado e a democracia como fatores importantes na educação. Seus conceitos eram influenciados pelo pragmatismo de John Dewey, transpassando para aspectos voltados à consideração da atividade ou experiência no dia a dia da escola. Essa crença expressa o encantamento de Anísio pela sociedade americana e por sua filosofia pragmatista presente no pensamento de Dewey, de quem Anísio era amigo (NUNES, 2001).

Integrante do movimento escolanovista, Anísio evidenciava preocupação com a problemática educacional. Para ele, a escola era o espaço ideal para construção dessa consciência social, divulgava, em seu pensamento, que reformar o ensino significaria aliar investimentos da educação fundamental a um amplo programa de formação de professores nas universidades. Entretanto, no decorrer de sua trajetória educacional, Anísio deixou legado influenciando experiências com Educação em Tempo Integral. Uma delas foi à criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), durante 1980 e 1990, nas escolas públicas do Rio de Janeiro, com o objetivo de oferecer uma proposta pedagógica de Educação Integral em Tempo Integral. Outro foi o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs), que aconteceu em âmbito nacional durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello. Já no governo de Marta Suplicy, no Estado de São Paulo em 2006, ocorre uma experiência semelhante ao modelo das Escolas Parques da Bahia, onde a proposta se volta para a filosofia de Educação Integral protegida por Anísio como cita Gadotti em seu livro *Educação Integral no Brasil*. Nestes centros eram ofertados

[...] 14 salas de atividades no CEI (Centros de Educação Infantil – antigas creches), 10 salas da EMEI (Escolas Municipais de Educação Infantil), 14 salas de aula de EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental), laboratórios de ciências, laboratório de informática, anfiteatro, 3 cozinhas, 3 refeitórios, 3 pátios internos, salas de recepção, sala de leitura, diretoria e secretaria, 3 piscinas, vestiários femininos e masculinos, quadra coberta e descoberta, telecentro, 3 ateliês, 4 estúdios, teatro, biblioteca, estação de rádio, sala de dança, ateliê de artes, sala para reunião do conselho gestor, padaria e pista de skate (GADOTTI, 2000, p. 5).

Assim, não restam dúvidas quanto às contribuições de Anísio Teixeira para a Educação, entendendo-se que educação integral é aquela educação completa, considerando o sujeito em sua condição multidimensional contemplando aspectos

não apenas pedagógicos, mas incluindo tantos outros que são imprescindíveis para a formação humana.

Contudo, analisando a sugestão de Educação difundida por Anísio necessita-se pensar em métodos de avaliação que sejam condizentes com a proposta e pressupostos da educação de tempo integral, que entende que a educação precisa garantir o crescimento dos sujeitos em todas as suas dimensões, ofertando educação com qualidade e obtendo o desenvolvimento integral do aluno, por meio de atitudes que englobem aspectos intelectuais, afetivos, sociais e físicos. A educação não acontece somente na escola, durante o tempo de duração das aulas, mas possui como obrigação oportunizar uma junção entre educadores, comunidade e família, programas e serviços públicos, dentro e fora da escola, obtendo a participação da sociedade. É preciso a união das organizações e instituições, que as mesmas auxiliem a escola, pois ela não é o único espaço de aprendizagem.

Dessa forma o projeto político pedagógico deve ser elaborado e debatido envolvendo toda a comunidade escolar considerando a importância e a complementaridade dos saberes acadêmicos e comunitários, uma vez que ficar mais tempo na escola não é basicamente sinônimo de educação integral. Certamente que é preciso mais tempo na escola, mas este tempo deve ser momento significativo, correspondendo ao aprendizado, levando o aluno ao desenvolvimento intelectual, cultural, artístico, psicomotor, cognitivo, etc.

A vista disso, a escola precisa trabalhar como dinamizadora entre os espaços educativos e seu entorno, necessita-se pensar a instituição como um todo, pois demanda a conexão de agentes, tempos e espaços, para que seja realmente efetiva a educação integral.

2 O SENTIDO QUALITATIVO DA AVALIAÇÃO

Discutir sobre avaliação em educação é um tema complexo para os profissionais, sua reflexão é geralmente deixada para depois. Habitados a análises quantitativas, a educação brasileira quase nada se volta à trajetória do estudante e identificação de suas reais dificuldades e potencialidades. A maioria das escolas e profissionais da educação avalia a aprendizagem do aluno através da atribuição de notas após a realização de um método avaliativo. Assim transcende os múltiplos

testes, ferramentas as quais estamos habituados e que medem somente a capacidade do aprendiz de replicar conforme o esperado e chegar à definida nota ou conceito. “Tais procedimentos são práticas tradicionais que vêm sendo repetidas pelos professores sem que reflitam sobre seu significado ou coerência” (HOFMANN, 2010, p. 89). Já as avaliações qualitativas, centram-se em todo o processo de ensino e aprendizagem, e demandam um diagnóstico desse processo.

A lei de Diretrizes e Bases em seu art. 24, inciso V, alínea a, assinala para a necessidade de uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, este tipo de avaliação requer, tanto de quem aprende quanto de quem ensina, postura de responsabilidade, compromisso, acompanhamento, autonomia e atitude crítica diante da própria conduta e as informações a serem adquiridas. “Acompanhar não significa apenas observar todas as suas ações e tarefas para simplesmente dizer ou constatar se está apto ou não em determinada área do saber. Significaria responsabilizar-se pelo aprimoramento, pelo seu ir além” (HOFMANN, 2010, p. 121). É necessário que os sujeitos envolvidos no processo examinem a relação ensino e aprendizagem na qual estão implantados e identifiquem os conhecimentos adquiridos e suas dificuldades de forma dialógica.

Assim, uma avaliação qualitativa exige rigor sobre o seu andamento, criando alternativas pedagógicas adequadas a cada realidade educacional. Segundo Hoffmann, corrigir tarefas e testes só apresenta sentido como ponto de partida no processo avaliativo, não é um processo terminal. E é a análise qualitativa que fornecerá subsídios ao professor e alunos para dar continuidade do processo educativo (HOFFMANN, 2007, p. 45).

Em uma avaliação qualitativa, todas as respostas do estudante, certas ou erradas, indicam o caminho e oferecem um prenúncio dos próximos passos a serem dados pelo professor, fornecem subsídios essenciais ao processo mediador, não havendo uma resposta pronta, cada educador necessita perceber qual o melhor caminho a seguir. Este é um dos motivos, que a avaliação qualitativa é tão negligenciada no contexto da educação brasileira, por ser complexa e exigir um comprometimento muito maior dos sujeitos que as avaliações quantitativas tradicionais. Além de atribuir nota, ela visa alargar conhecimento, competências e

habilidades de forma sólida e respeitando o tempo e o processo de aprendizagem de cada indivíduo.

Contudo o que vem acontecendo nas formas de avaliar um aluno, por parte dos docentes é uma reprodução das formas de avaliação realizadas nas universidades, corrobora Hoffmann ao afirmar que,

A superficialidade dos estudos na área de avaliação, em cursos de magistério e licenciatura, tende a ser um fator muito sério pelo seu reflexo nas escolas do Ensino Fundamental e Médio, uma vez que a prática avaliativa é um fenômeno com características fortemente reprodutivas. Ou seja, o modelo que se instala em instituições formadoras é o que vem a ser seguido por esses alunos quando passam a exercer a docência. [...] Assim temos, por exemplo, a reprodução de posturas reprodutivas por professores que fizeram cursos onde os índices de reprovação são bastante altos, como é o caso de algumas licenciaturas. É histórico o maior índice de reprovação de estudantes do Ensino Fundamental e Médio nas disciplinas de matemática, física e química, por exemplo. Assim como nessas áreas as licenciaturas que apresentam, também, altos índices de reprovação (HOFFMANN, 2007, p. 71-72).

Assim, percebe-se a resistência dos professores em mudar sua prática, não refletindo sobre os prejuízos causados aos estudantes, reproduzindo exatamente a forma de avaliar sofrida pelos mesmos enquanto universitários ou mesmo como alunos da educação básica.

É preciso respeitar o professor em suas concepções, promover estudos e espaços de discussão nas escolas e universidades, porque é através do aprofundamento teórico que os professores poderão tomar consciência do significado de determinados procedimentos avaliativos (HOFMANN, 2007, p. 72).

Portanto, faz-se necessário colocar a avaliação em discussão, pois não há certo ou errado, mas posturas diferentes de professores frente ao processo avaliativo, percebendo-se a dificuldade em alterar sua prática pela falta de subsídios teóricos e metodológicos que lhe proporcionem segurança para agir de outra forma.

3 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA/PROCESSUAL NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

O conceito de avaliação fundamenta-se na visão de vários autores, os quais evidenciam as mais diversas concepções e significados sobre o ato de avaliar,

porém será debatido aqui o sentido diagnóstico, a perspectiva formativa, visualizando uma educação integral. Assim, conceituando a avaliação como análise, considerando aplicar avaliações no decorrer do ano letivo como um acompanhamento, identificando as tomadas de decisões para o bom rendimento do aluno, quais ações em sala de aula podem ou não ter continuidade, tendo a avaliação um começo, meio e fim.

Nas três etapas (começo, meio e fim) as avaliações são diagnósticas, servem como análise do conhecimento dos estudantes, para então poder traçar planos a fim de melhorar a aprendizagem, aproveitar o conhecimento prévio e enriquecer os existentes, buscar o porquê de tais dificuldade e origem. Sendo assim, este tipo de avaliação só terá bons resultados se o professor for sensível à necessidade da realidade onde está inserida a comunidade escolar de onde o mesmo faz parte.

Na Educação de Tempo Integral a avaliação se torna um desafio ainda maior, pois é essencial que os processos de aprendizagem se determinem também por meio de procedimentos não cognitivos, como a civilidade, independência, liberdade de expressar sua opinião e criatividade. Assim, não havendo um modelo exclusivo de avaliação na Educação de Tempo Integral, mas referências comuns que podem orientar e contribuir no processo avaliativo, para Vasconcellos (2008),

Avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento, a aprendizagem por parte de todos os alunos. Entendemos, pois, que o sentido maior de avaliação é: Avaliar para que os alunos aprendam mais e melhor (VASCONCELLOS, 2008, p. 57).

Assim, o conhecimento deve ajudar a compreender o mundo e nele intervir, transformando a realidade onde está inserido, colocando o aprendizado a serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e igualitário. É preciso transformar a forma de trabalho, reconhecer o que o aluno já sabe e o que importa para suas reais necessidades, e assim constituir um olhar para a prática e para a teoria que a sustenta.

Sendo a avaliação uma das etapas da atividade escolar de tempo integral ou não, o professor precisa ser sensível ao tempo de cada educando, é necessário que esteja em sintonia com a finalidade do processo ensino e aprendizagem, mediando e aperfeiçoando o conhecimento. Segundo Hoffmann (2007),

A ação avaliativa torna-se mediadora à medida que focaliza o processo, transformando-se no elo entre tarefas de aprendizagem, e permitindo, ao final de uma trajetória do aluno, a análise global do seu desenvolvimento. Por certo, o olhar do professor precisa acompanhar a trajetória do pensamento do aluno, fazendo-lhe sucessivas e constantes provocações, para poder complementar as hipóteses sobre o seu saber e sobre o seu jeito de alcançar o saber. [...] Trata-se de perseguir um espírito investigador sobre o processo de aprendizagem de cada aluno, propondo problemas, analisando as reações, adaptando novas perguntas às suas respostas, variando e ampliando os modos de observação sobre ele.

Dessa forma, é possível distinguir e reconhecer no aluno o seu aprendizado, possibilitando assim o seu desenvolvimento cognitivo e humano, que redundam em produção de conhecimento crítico e significativo, conscientes e comprometidos com a melhoria do seu meio social.

Para Hoffmann (2007) o processo avaliativo mediador está embasado em alguns princípios essenciais como,

O primeiro é o princípio de avaliação enquanto investigação docente: o processo de avaliação representa um compromisso do professor em investigar e acompanhar o processo de aprendizagem do aluno no seu cotidiano, contínua e gradativamente [...].

O segundo princípio é da complementaridade das observações sobre o desempenho dos alunos: nenhuma decisão sobre os alunos deverá ser tomada sem uma extensiva análise do seu desempenho, através da observação e interpretação da sequência de suas tarefas e manifestações e pelo coletivo dos educadores que trabalham com ele. [...]

O terceiro é o da provisoriedade dos registros de avaliação: nenhum juízo isolado ou parcial sobre o aluno poderá ser considerado como absoluto ou definitivo, e decisões de aprovação e reprovação deverão ter por base a história do seu processo de conhecimento [...] (HOFFMANN, 2007, p. 39-40).

Mediante isso, é necessário que os docentes conheçam seus alunos, estejam realmente comprometidos e engajados no processo ensino e aprendizagem, isso se faz indispensável em todas as modalidades de ensino, porém em escola de tempo integral acredita-se que a responsabilidade ainda é maior, por haver mais tempo de convivência com os estudantes, carga horária aumentada em relação às outras etapas regulares com durabilidade menor. Espera-se que por ter mais tempo com os estudantes os professores consigam desenvolver as competências e habilidades fundamentais nos alunos, com o empenho de todos os envolvidos no processo. Havendo aulas de maior durabilidade confia-se que as mesmas possam ser mais atrativas, aplicáveis as situações do dia a dia dos alunos, o professor tendo mais tempo com a turma tem condições de acompanhar o processo de aprendizagem,

identificando as dificuldades de cada aluno, podendo proporcionar jogos, brincadeiras, teatro, dança entre outras atividades a fim de atingir o objetivo principal que é o conhecimento levado para a vida deste estudante.

De acordo com Luckesi (2005), os professores elaboram suas provas para testar o conteúdo trabalhado com os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem. Expõem que esse fato gera várias distorções, como ameaças, elaboração de itens descontextualizados dos conteúdos ensinados nas aulas, questões com um nível de complexidade maior do que aquele que foi trabalhado em sala de aula, uso de linguagem incompatível para os alunos, ou seja, os alunos não conseguem entender o que o professor pede no enunciado das atividades. Para o autor a avaliação serve como um mecanismo de diagnóstico da situação visando o avanço e o crescimento e possibilita ao aluno condições de emancipação humana (LUCKESI, 2005).

Luckesi (2005) refere que não existe avaliação sem ação, a não ser por exercício de nominalismo: avaliar é ver, julgar e agir, num ciclo ininterrupto. Então coletar dados, constatar resultados é ponto de partida para o educador, não ponto de chegada. É essencial que o professor identifique as dificuldades de seus alunos e ajude-os a sanar suas dúvidas, para que ambos (professor e aluno) possam desenvolver seu conhecimento, pois o professor ao buscar alternativas e formas para ensinar aprende com seus alunos, tornando a docência algo prazeroso e gratificante.

Segundo Perrenoud (1993, p. 173) as mudanças são no sentido de avaliação formativa,

Uma avaliação que ajuda o aluno a aprender e o professor a ensinar. A ideia base é bastante simples: a aprendizagem nunca é linear, procede por ensaios, por tentativas e erros, hipóteses, recuos e avanços; um indivíduo aprenderá melhor se o seu meio envolvente for capaz de lhe dar respostas e regulações sob diversas formas; identificação dos erros, sugestões e contra-sugestões, explicações complementares, revisão das noções de base, trabalho sobre o sentido da tarefa ou a autoconfiança.

Concomitante a isso, a evolução teórica da avaliação se faz indispensável, pois compreende essa prática citada pelo autor como associada ao processo educativo, resgata o verdadeiro papel da avaliação, concebida como um problema para muitos docentes, pois propõe para o professor uma reflexão sobre sua ação

podendo, assim, mudar sua prática e compreender o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

A avaliação também a serviço de fornecer informações ao estudante, ajudando-o a progredir até aprender por si mesmo, oferecendo esclarecimento do estado em que se encontra e quais os motivos, para que utilize esse dado servindo como guia de autodireção, sendo esta uma das metas da educação.

Porém o professor, fazendo parte da escola de tempo integral ou não, precisa tomar consciência da importância do seu papel frente à avaliação escolar, sendo ele o principal meio de ligação entre conhecimento e aprendizagem. É preciso estar atento e conhecer a comunidade escolar onde está inserido, mostrar a seus alunos que somente através da educação poderemos mudar a desigualdade social presente nos dias de hoje. Ao fazer este pensamento se tornar parte de sua prática diária, é fundamental exigir de si mesmo enquanto profissional e da gestão escolar momentos de formação continuada para o debate do assunto “avaliação escolar” presente no cotidiano da sala de aula e da escola, pois se não houver uma mudança da própria intencionalidade da avaliação, de pouco ou nada adiantará o professor mudar sua metodologia ou forma de avaliar, por isso, se faz necessário o compromisso de toda a comunidade escolar.

4 PAPEL DA ESCOLA X PAPEL DO GESTOR ESCOLAR COMO ARTICULADOR DAS FINALIDADES EDUCACIONAIS

Nos últimos anos a realidade no ambiente escolar vem sendo modificada, reivindicando cada vez mais que a escola acompanhe essas mudanças. Atualmente não se pode ter em seu meio um ensino fragmentado, desassociado da realidade, mas sim um compromisso que prepare os sujeitos para enfrentar o processo da globalização. A instituição escolar deve buscar o equilíbrio entre a função sistemática de preparar cidadãos tanto para desenvolver suas qualidades, como para a vida em sociedade. Sendo assim:

Atualmente, o mundo no seu conjunto evolui tão rapidamente que os professores, como, alias, os membros das outras profissões, devem começar admitir que a sua formação inicial não lhes baste para o resto da vida: precisam se atualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos e técnicas, ao longo de toda a vida, o equilíbrio entre a competência na disciplina

ensinada e a competência pedagógica deve ser cuidadosamente respeitada (DELORS, 2001, p. 161).

Nessa abordagem, a escola deve desenvolver um planejamento que busque trabalhar o pluralismo de ideais, a liberdade e a autonomia de práticas pedagógicas, e de outro lado, buscar a participação de toda comunidade escolar, a fim de uma interação social. Acredita-se que uma escola bem organizada e administrada pode gerir, dirigir, tomar decisões, propor estudos em relação à formação e melhoria pedagógica de seus docentes, pois é indispensável o trabalho em grupo, a forma colaborativa e solidária, visando o conhecimento e aprendizagem dos alunos.

São tarefas específicas da escola a gestão de seu pessoal, assim como de seus recursos materiais e financeiros. Além dessas responsabilidades, e acima de qualquer outra dimensão, está o encargo de cuidar o que constitui a própria razão de ser da escola – o ensino e a aprendizagem. Assim lhe cabe zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente, cumprir os dias letivos e carga horária estabelecida, oportunizar meios para a recuperação de alunos com menor rendimento, auxiliando professores durante o processo ensino aprendizagem.

Segundo Libâneo (2006, p. 78) é preciso que o professor reconheça as estratégias de ensino, e afirma: “O professor precisa, portanto, de uma teoria que explicita a direção pretendida para a tarefa educativa de humanização do homem, extraída de uma concepção de educação enquanto prática social transformadora.” Assim, o educador deve ter domínio em seu conhecimento e ser um mediador, mas acima disso deve saber identificar necessidades e dificuldades dos seus educandos, considerando suas diversidades, respeitando suas características sociais e culturais.

Constituindo o diálogo como um dos meios de se atingir tal objetivo, o diretor da escola e sua equipe de trabalho são os responsáveis pelo funcionamento pedagógico, vistos como líderes; pessoas que conseguem juntar as aspirações, desejos, expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos na gestão de um projeto comum, sendo este a qualidade da avaliação dos estudantes. Dentre os recursos disponíveis para a gestão, a reflexão coletiva sobre os objetivos da prática da avaliação é um deles, adotando ações que levem à melhoria do processo avaliativo sendo diagnóstico, contínuo e compartilhado. Outro recurso seria a criatividade nas formas de avaliar, percorrendo caminhos que objetivem analisar o estudante como um todo, não quantitativamente, mas qualitativamente, tendo o professor o compromisso ético na hora de avaliar.

Assim, cabe à gestão escolar utilizar os resultados da avaliação interna e externa para debater e propor alternativas de melhoria de forma coletiva e participativa, pois como afirmam Ferri, Macedo e Santos (2012, p. 235), “[...] a avaliação diagnóstica permite à equipe levantar as fragilidades e potencialidades da instituição para, em seguida, apontar os caminhos, definir estratégias e propor ações para a superação dos problemas e incremento das potencialidades.”

Mediante isso, Libâneo (2004) apresenta concepções de organização e gestão escolar, tendo o diretor potencial na

[...] concepção democrática-participativa que baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões sem desobrigar as pessoas da responsabilidade individual.[...]

Tendo como características desse modelo:

- Definição explícita de objetivos sociopolíticos e pedagógicos da escola, pela equipe escolar.
- Articulação entre a atividade de direção e a iniciativa e participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.
- Alto nível de qualificação e competência profissional.
- Busca de objetividade no trato das questões da organização e gestão, mediante coleta de informações reais, sem prejuízo da consideração dos significados subjetivos e culturais.
- Acompanhamento e avaliação sistemática com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorganização dos rumos e ações, tomada de decisões.
- Ênfase tanto nas tarefas quanto nas relações interpessoais. (LIBÂNEO, 2004, p. 123, 124).

Nesse contexto o papel do educador deve ser o de protagonista ativo nas diversas fases do processo de formação: concepção, acompanhamento da regulação e avaliação dos projetos de trabalho. Para Morin (2006):

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar (MORIN, 2006, p. 37).

Nesse sentido, o professor deve ser estimulador e mediador do processo de aprendizagem do aluno nas diferentes áreas do saber. Freire (2002) acredita que,

[...] inexistente validade no ensino em que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de criar ou refazer o ensinado. [...] nas

condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado. [...] Percebe-se, assim, que faz parte da tarefa docente não apenas ensinar conteúdos, mas também ensinar a pensar certo (FREIRE, 2002, p.26-29).

Outra consideração relevante, que o professor jamais poderá esquecer é da vinculação da realidade de seus alunos estabelecendo a relação entre a teoria e a prática, de maneira flexível, inovadora e crítica. Também deve motivar a práxis da ação-reflexão-ação no ambiente escolar envolvido em prol de uma participação de todos.

Diante de tais considerações a escola precisa estruturar-se de maneira dinâmica, flexível e inovadora, estimulando os educandos à participação nas diferentes situações que lhes são oferecidas, a fim de buscar a sua autonomia na comunidade em que estão inseridos.

Assim, entende-se que no ambiente escolar se faz necessário uma integração de todos, que participem da elaboração de propostas, que levem para a escola autonomia de se trabalhar a sua realidade, com atitudes enfáticas e positivas em relação ao meio. Dessa forma, se exige um pensar e um repensar contínuo com objetivos claros e flexíveis, de maneira coletiva. Nesse sentido, a escola formará sujeitos reflexivos e críticos capazes de realizarem a práxis da ação-reflexão-ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os desafios que a gestão, docentes e a comunidade escolar encontram ao longo de um ano letivo que entravam o andamento da instituição. Neste estudo destaca-se que concepções de avaliação perpassam a Escola em Tempo Integral, pois o ato de avaliar vai além de um julgamento, e sim uma análise do desenvolvimento e crescimento do aluno, ocorrendo gradativamente. Diante das leituras percebeu-se que a avaliação necessita dar atenção constante às dificuldades apresentadas pelos alunos; sendo cumulativa permitindo uma análise global do aprendizado do aluno.

Destaca-se a importância da educação proporcionando uma educação integral Assiml completa, considerando o sujeito em sua condição multidimensional

contemplando aspectos não apenas pedagógicos, mas incluindo tantos outros que são imprescindíveis para a formação humana.

Para tanto, é necessária uma avaliação qualitativa, que reflita em conjunto com o aluno sobre o objeto do conhecimento, para conduzir à superação, significa fortalecer uma relação dialógica, princípio fundamental da avaliação mediadora.

Assim, na escola de tempo integral ou não o professor necessita ser o mediador do conhecimento, conhecer a comunidade escolar onde está inserido, buscar alternativas e meios para avaliar seus alunos, proporcionando uma avaliação que possa ajudar a compreender e reconhecer o aprendizado dos estudantes, possibilitando seu desenvolvimento cognitivo e humano, que resulte em produção de conhecimento crítico e significativo, capaz e envolvido com a melhoria do seu meio social.

Então, é indispensável o papel da escola, pois é de grande relevância que a prática da escola aconteça através de uma relação mais direta com a sociedade devendo possibilitar a interação e a transformação da realidade social, permitindo, assim, perceber e investigar problemas, priorizando ações na área da educação proporcionando a construção de novos conhecimentos, a reconstrução de um novo pensamento e a participação social.

Diante dessas abordagens, a escola é o local de integração entre os sujeitos, de forma coletiva, todos os envolvidos devem assegurar o princípio ético garantindo que a escola, enquanto instituição socializadora, forme cidadãos comprometidos com a elucidação dos problemas do mundo e com soluções que busquem uma vida de igualdade, dignidade e justiça para todos.

Por fim, a gestão escolar se faz imprescindível e fundamental, pois organiza e promove as condições, os meios e todos os recursos necessários para o funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula, podendo estimular a aprendizagem, conhecimento, proporcionando momentos de reflexão e debate sobre temas como avaliação e suas concepções. Impulsionando de forma organizada a participação e melhoria na qualificação dos membros que fazem parte da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Caroline. **Qual a função da escola?** 2011. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/10318/qual-a-funcao-da-escola>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

BRASIL. [Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formação de professores do ensino médio**. Etapa 1- Cad. 2. Os jovens como sujeitos do Ensino Médio. Curitiba: UFPR, 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia**, v. 20, n. 46, p. 249-259, maio-ago/2010. Disponível em: <<http://teiaufmg.com.br/wp-content/uploads/2014/07/An%C3%ADsio-Teixeira-e-a-educac%C3%A7%C3%A3o-integral..pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

CAVALIERE, Ana Maria. Centro Educacional Carneiro Ribeiro: a escola brasileira e a estabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 67, julho/set, 1957.

COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela (Orgs.). **Educação brasileira em tempo integral**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2001.

DREWS, Sonia Beatriz Teles. As políticas públicas da educação no Brasil. In: BONETI, Lindomar W. **Educação, exclusão e cidadania**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

FERRI, L. M. C. G.; MACEDO, M. E. C. M.; SANTOS, C. M. Projeto educativo, planejamento participativo e gestão escolar. In: SANTOS FILHO, José Camilo. (Org.). **Projeto educativo escolar**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 219-245. (no prelo).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Educação com qualidade social: projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs)**. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3395/1/FPF_PTPF_01_0418.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos & contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORI, Josete. O processo de exclusão na educação; o ensino de segundo grau. In: BONETI, Lindomar W. **Educação, exclusão e cidadania**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. **Revista Brasileira de Educação**, v.16. 16ª Conferência de Abertura na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu/MG, jan/fev/mar/abr, 2001.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma aprendizagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Porto, Portugal: Porto, 1993.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Educação escolar: que prática é essa?** Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2008. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.3.